



Desafios do governo Dilma

A primeira mulher presidente da república tem pela frente um Brasil de problemas. *JE* ouve especialistas sobre os desafios em algumas áreas: Luiz Pinguelli Rosa, em entrevista, fala sobre infraestrutura, energia e meio ambiente; Nicholas Millar analisa as perspectivas da política externa; Dércio Garcia Munhoz discorre sobre os cenários macroeconômicos; e Marcos Arruda sobre meio ambiente e bem-estar social.

FPO detalha programas no projeto da lei orçamentária voltados para Copa e Olimpíadas; resumo de monografia sobre a Proteção Social Brasileira.

Editorial

O pós-Lula

■ O ano de 2010 chega ao fim e com ele oito anos do governo de Luiz Inácio Lula da Silva. Ainda que haja um forte elemento de continuidade, o fato é que a “caneta” passará para a mão de Dilma Rousseff, o que, no nosso sistema presidencialista e pacto federativo centralizado no executivo federal, significa muito.

Dilma recebe de Lula uma herança maldita ou benigna? Mesmo os que optam pela segunda possibilidade, ainda que otimistas, reconhecem que a nova presidente enfrentará sérios desafios. Esta edição do *JE* propõe-se a discutir os problemas que Dilma terá pela frente em áreas consideradas prioritárias e apontar possíveis caminhos.

Abrimos o jornal com um artigo de Dércio Garcia Munhoz, atualmente membro do Conselho Consultivo do Ipea, sobre macroeconomia, no qual ele discorre sobre a necessidade de se desmontar a política econômica vigente no Brasil nos últimos vinte anos.

Nicholas Millar, da UFRJ, aborda a política externa. Ele analisa o que foi feito neste campo durante a administração de Lula e aponta os desafios de Dilma no enfrentamento da chamada guerra cambial e na busca por um mundo multipolar.

Na tradicional entrevista de perguntas e respostas do *JE*, ouvimos novamente Luiz Pinguelli Rosa, da Coppe, que falou sobre os cenários colocados para o país nas áreas de infraestrutura, energia e meio ambiente.

Já Marcos Arruda, convidado pelo *JE* para escrever um artigo sobre a questão ecológica, optou por redigir uma carta aberta à presidente Dilma com propostas para a compatibilização do crescimento econômico com o respeito ao meio ambiente.

No par de páginas seguinte, publicamos o último dos resumos dos textos vencedores do 20º Prêmio de Monografia Economista Celso Furtado, um bem fundamentado trabalho de Diogo Gomes Fernandes.

A também tradicional contribuição do Fórum Popular do Orçamento do Rio de Janeiro esmiúça o projeto da lei orçamentária (PLOA) para 2011, no tocante aos programas e às ações referentes aos megaeventos esportivos na cidade do Rio de Janeiro, a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

Na página 16, geralmente dedicada aos informes do Corecon-RJ e do Sindecon aos economistas fluminenses, há uma nota sobre os valores e as opções de pagamento da anuidade de 2011 e um texto detalhando os cursos do Conselho preparatórios para o Exame da Anpec.

Aos nossos leitores, desejamos uma ótima leitura e um excelente 2011.

JE JORNAL DOS ECONOMISTAS

Órgão Oficial do CORECON - RJ
E SINDECON - RJ
Issn 1519-7387

Conselho Editorial: Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, Edson Peterli Guimarães, Gisele Rodrigues, José Ricardo de Moraes Lopes, Paulo Mibieli Gonzaga, Paulo Passarinho e Sidney Pascounto da Rocha • **Jornalista Responsável:** Marcelo Cajueiro • **Edição:** Diagrama Comunicações Ltda (CNPJ: 74.155.763/0001-48; tel.: 21 2232-3866) • **Projeto Gráfico e diagramação:** Rossana Henriques (21 2437-2960) - rossana.henriques@gmail.com • **Ilustração:** Aliedo • **Fotolito e Impressão:** Folha Dirigida • **Tiragem:** 13.000 exemplares • **Periodicidade:** Mensal • **Correio eletrônico:** imprensa@corecon-rj.org.br

As matérias assinadas por colaboradores não refletem, necessariamente, a posição das entidades. É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta edição, desde que citada a fonte.

CORECON - CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA/RJ

Av. Rio Branco, 109 – 19º andar – Rio de Janeiro – RJ – Centro – Cep 20054-900

Telefax: (21) 2103-0178 – Fax: (21) 2103-0106

Correio eletrônico: corecon-rj@corecon-rj.org.br

Internet: http://www.corecon-rj.org.br

Presidente: João Paulo de Almeida Magalhães • **Vice-presidente:** Sidney Pascounto da Rocha
Conselheiros Efetivos: 1º Terço: (2008-2010): Luiz Mario Benhken, Ruth Espinola Soriano

SUMÁRIO

- 3 Governo Dilma
Dércio Garcia Munhoz
O desafio: erradicar uma política que endivida o país, sustenta a especulação financeira e faz das indústrias meras maquiladoras
- 5 Governo Dilma
Nicholas Millar
Perspectivas da Política Externa para o Governo Dilma
- 7 Entrevista: Luiz Pinguelli Rosa
“O Brasil tem grandes recursos hidrelétricos e deve usá-los, mas tem que negociar com a sociedade e com os ambientalistas. Particularmente Belo Monte está sendo muito mal negociada.”
- 10 Governo Dilma
Marcos Arruda
Presidenta Dilma: no seu governo o Brasil pode virar exemplo para o mundo!
- 12 Prêmio de Monografia
Diogo Gomes Fernandes
Os Rumos Recentes da Proteção Social Brasileira: da universalidade constitucional à focalização através das transferências de renda não-contributivas
- 14 Fórum Popular do Orçamento
Projeto da lei orçamentária: programas da Copa e das Olimpíadas
- 16 Corecon-RJ pratica descontos máximos na anuidade de 2011
Agenda de cursos para 2011

O Corecon-RJ apóia e divulga o programa Faixa Livre, apresentado por Paulo Passarinho, de segunda à sexta-feira, das 8h às 10h, na Rádio Bandeirantes, AM, do Rio, 1360 khz ou na internet: www.programafaixalivre.org.br

Mello, João Paulo de Almeida Magalhães – 2º terço (2009-2011): Gilberto Caputo Santos, Edson Peterli Guimarães, Paulo Sergio Souto – 3º terço (2010-2012): Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, Sidney Pascounto Rocha, José Antônio Lutterbach Soares • **Conselheiros Suplentes:** 1º terço: (2008-2010): Arthur Câmara Cardozo, Regina Lúcia Gadioli dos Santos – 2º terço: (2009-2011): André Luiz Rodrigues Osório, Leonardo de Moura Perdígão Pamplona, Miguel Antônio Pinho Bruno – 3º terço: (2010-2012): Ângela Maria de Lemos Gelli, José Ricardo de Moraes Lopes, Marcelo Jorge de Paula Paixão.

SINDECON - SINDICATO DOS ECONOMISTAS DO ESTADO DO RJ

Av. Treze de Maio, 23 – salas 1607 a 1609 – Rio de Janeiro – RJ – Cep 20031-000 • **Tel.:** (21)2262-2535 **Telefax:** (21)2533-7891 e 2533-2192 • **Correio eletrônico:** sindecon@sindecon.org.br

Coordenador Geral: Sidney Pascounto da Rocha • **Coordenador de Relações Institucionais:** Sidney Pascounto da Rocha • **Secretários de Relações Institucionais:** José Antonio Lutterbach Soares e André Luiz Silva de Souza • **Coordenação de Relações Institucionais:** Antonio Melki Júnior, Paulo Sergio Souto, Sandra Maria Carvalho de Souza e Abrahão Oigman (Em memória) • **Coordenador de Relações Sindicais:** João Manoel Gonçalves Barbosa • **Secretários de Relações Sindicais:** Carlos Henrique Tibiriçá Miranda e Wellington Leonardo da Silva • **Coordenação de Relações Sindicais:** César Homero Fernandes Lopes, Gilberto Caputo Santos, Regina Lúcia Gadioli dos Santos e Maria da Glória Vasconcelos Tavares de Lacerda • **Coordenador de Divulgação, Administração e Finanças:** Gilberto Alcântara da Cruz • **Coordenação de Divulgação, Administração e Finanças:** José Jannotti Viegas e Rogério da Silva Rocha • **Conselho Fiscal:** Fausto Ferreira (Em memória), Jorge de Oliveira Camargo e Luciano Amaral Pereira.

O desafio: erradicar uma política que endivida o país, sustenta a especulação financeira e faz das indústrias meras maquiladoras

■ Dércio Garcia Munhoz*

No momento em que se aproxima a mudança de governo, ampliam-se as discussões sobre eventuais correções de rumos da economia, e possíveis consequências. Havendo uma grande preocupação, interna e externamente, em setores ligados aos mercados financeiro e de capitais, refletida num lobby para que os eixos da política econômica dos últimos vinte anos sejam preservados. O que leva à conclusão de que toda a movimentação se direciona no sentido de a economia brasileira continuar estruturada para proporcionar ganhos elevados ao capital financeiro; ficando o Governo no papel passivo de adaptar a ação do Estado e a atuação do setor produtivo sob os condicionantes das políticas monetária, cambial e de capitais.

Pode parecer surpreendente que exista tanta especulação em relação ao redirecionamento da política econômica justamente quando o Brasil, recuperando do retrocesso de 2009, registra a maior taxa de crescimento das últimas três décadas. E a tônica que alimenta a defesa do liberalismo econômico parece lastreada em algo como *não mexer no que vem dando certo*.

Diferentemente desse pretensioso discurso, o que se observa é que o país, novamente agora, e repetindo o que ocorrera em 1999 e 2005, se defronta com uma situação de cor-



Fabio Rodrigues Pozzebom/ABr

ner: antes, a correção cambial de 1999 removeu o estrangulamento externo, e o milagre chinês mais recente garantiu superávits mesmo com o câmbio valorizado e tirou o Brasil da estagnação. Agora, no mundo pós-milagre, as opções são restritas, no momento em que a deterioração econômica expõe graves fragilidades internas e externas, indicando a inevitabilidade da reorientação dos instrumentos de regulação, hoje divorciados da economia da produção.

O quadro atual configura, portanto, uma situação limite, que se expressa por duas constatações: o rápido aumento dos déficits externos, o que tende a fazer surgir dificuldades crescentes para o financiamento internacional; a velocidade do aumento da dívida pública, alimentado pela política de juros elevados, mas propositalmente atribuído a excesso de gastos do Governo, e que paradoxalmente é usada para justificar novos aumentos nas taxas de juros.

A avalanche dos déficits externos traz a sombra do FMI

O balanço de pagamentos, registrando desequilíbrios crescentes, deverá alcançar, com o déficit de US\$ 55 bilhões previsto para 2010, um resultado negativo global superando US\$ 105 bilhões no triênio 2008-10. E o financiamento externo agora já depende dos capitais de curto prazo, investimentos de carteira centrados num intenso vai e vem em aplicações especulativas. O que significa que a partir de agora o Governo brasileiro vê reduzido o espaço de manobra em termos de política econômica, acentuando a dependência frente às autoridades monetárias, pois quem passa a dar as cartas são os gestores da grande massa de dólares que passeia, com plena liberdade, em economias emergentes.

Nas novas circunstâncias a tendência é a ampliação das liberalidades que favorecem o capital financeiro, especial-

mente nos países que sucumbiram às articulações dos anos 90 entre o sistema financeiro europeu e o FMI, voltada para neutralizar o poder de gestão dos governantes eleitos. Os governos são incapazes de conter os próprios gastos e de controlar a inflação – bradam maliciosamente desde então os responsáveis pelo renascimento do *laissez faire* nas páginas de conceituados relatórios financeiros. E, na sequência, a história registra, países com descontrole das contas externas não fogem ao regime de intervenção do FMI, como condição para empréstimos emergenciais.

A decomposição das condições externas do Brasil é uma consequência direta de se conjugar juros elevados com taxa de câmbio ao arbítrio do mercado, sob pressão dos capitais especulativos; situação que, atraindo dólares, dá a falsa impressão de sucesso da ação do BC, enquanto, por outro lado, a internação de produtos estrangeiros a baixos custos mantém, de forma enganosa, a inflação artificialmente contida. O que se comprova pelo fato de que enquanto os preços internos cresceram 124% desde dezembro de 2000, a taxa de câmbio, à mercê das ações especulativas, recuou de R\$ 1,95 para R\$ 1,70. Com isso, raros são os produtos que conseguem manter a competitividade externa, mesmo porque não existem mecanismos que possam compensar as perdas dos exportadores. Não surpreende, portanto, que a produção industrial brasileira, mesmo re-

cuperando perdas com a crise de 2008, se encontra estagnada em níveis inferiores a agosto/setembro daquele ano.

Como decorrência o país enfrenta, além dos estragos na posição externa, com o endividamento superando as reservas internacionais, um processo de desorganização produtiva na indústria; com as empresas, na ânsia de sobreviver, buscando usar o máximo de componentes importados para redução de custos e assim evitar que sejam expulsas do próprio mercado. É dramático o caminho da transformação das indústrias brasileiras em simples unidades de montagem, ou, meras maquiadoras.

Um trilhão de dólares – os custos do governo em dez anos de Selic's e Copoms

Toda a movimentação que agitava o sistema financeiro internacional, especialmente no terreno europeu, desde o final dos anos 80, tinha como origem o fato de os grandes bancos do Euromonedas terem perdido importantes clientes e substanciais fontes de receitas, com a falência, em 1982, de um grupo de economias emergentes devedoras. A desregulamentação dos mercados financeiros foi o primeiro passo, para, com a interpenetração dos mercados nacionais e internacionais, se garantir a sobrevivência dos bancos do Euromonedas – o que refletiu-se, pela competição mais intensa, em aumento dos riscos e menor rentabilidade; a criação de novos tipos de bancos e intermediários financeiros e a invenção de complexas operações especulativas, com os derivativos, foi a etapa seguinte, na busca da recupera-



ção dos lucros; e o resgate das antigas economias devedoras – após a fase dos ajustes externos e reestruturação da dívida – foi a terceira etapa, voltada para a reabertura de mercados, não para empréstimos, como antigamente, mas para os ágeis capitais especulativos.

O Brasil, como muitas economias emergentes, aparece no filme nessa fase transitória, entre o final dos anos 80 e início dos anos 90, quando, sob a aparência de novas linhas de pensamento se procurava impor o renascimento do *laissez-faire*. E foi nesses novos tempos que o Brasil sucessivamente desmontou o sistema de câmbio administrado de 1968, removeu os instrumentos legais de controle dos capitais de curtos prazos, avançou na liquidação de ativos do Estado para, com os dólares arrecadados, garantir a dívida externa e reforçar as reservas. E, como aluno obediente, fez todas as lições de casa – inclusive a independência de fato do Banco Central e a obrigação de cobrir seus prejuízos – iniciando-se um longo período

de grande prosperidade para o capital financeiro e de aumento de despesas de juros do Tesouro, aumento da carga tributária, recuo das rendas do trabalho, e estagnação econômica.

O trator chinês tirou os países exportadores de commodities, e com destaque o Brasil, da paralisia a que foram lançados pelo liberalismo insano, semeando esperanças de felicidade eterna. Mas tudo isso passou. E, no caso brasileiro, o arsenal para atrair o capital especulativo teve um custo brutal. O Tesouro pagou perto de US\$ 270 bilhões de juros sobre títulos da dívida mobiliária interna entre 2001 e 2010, e ainda assim esta se elevou em outros US\$ 725 bilhões pelos juros e encargos financeiros que o Governo não teve como pagar¹. UM TRILHÃO DE DOLARES foi o preço de dez anos de política econômica desenhada sob a tutela de Selic's e Copom's². E quando se compara os custos dos desmandos do modelo de especulação financeira criado nos anos 90 e consolidado nesta década com

as verbas que o país aplica em educação, saúde, saneamento, habitação, transportes urbanos etc., é fácil entender a penúria das cidades e de grande parte da população. E as razões porque o rendimento médio das pessoas ocupadas, em setembro de 2009, era ainda inferior aos arrojados níveis dos anos pós-Real.

Fundamental ao se iniciar o novo Governo, quando a regulação dos mercados voltada para garantir o predomínio do capital financeiro se exaure – ou exaure os recursos do país – é não se agir com precipitação, pois os arautos do liberalismo buscam ansiosos motivos que possam apontar como a razão do seu fracasso, enquanto sem pudor defendem agora, como o fizeram na privatização, que o Governo deve destinar os recursos do pré-sal para garantir a dívida pública. É audácia em demasia, que só a fragilidade e decorrente omissão do poder político pode explicar.

* Dércio Garcia Munhoz é economista e professor titular do Departamento de Economia da UNB até 1996. Foi presidente do Conselho Federal de Economia e do Conselho Superior da Previdência Social. Membro do Conselho Consultivo do Ipea.

1. A dívida mobiliária interna se elevou em R\$ 1.270 bilhões entre o final de 2000 e de 2010, já descontados os valores relativos a títulos emitidos para aumento do encaixe do TN no BC e os repasses ao BNDES em 2009 e 2010. O aumento da dívida em dólares seria ainda maior com a conversão pelas taxas de câmbio de dezembro/2000 e novembro/2010.

2. E os valores aparentam forte subestimação, pois o Tesouro dispôs no período – recursos originados dos superávits primários mais juros recebidos, e após pagos os encargos da dívida externa – mais de quinhentos bilhões de dólares, o dobro do que o Ministério registra ter gasto com juros da dívida mobiliária interna, o que se deve à não transparência das relações Tesouro/BC.



Perspectivas da Política Externa para o Governo Dilma

■ Nicholas Millar*

A análise das perspectivas para a política externa brasileira a partir de 2011 requer uma discussão da conjuntura atual e uma avaliação das relações internacionais conduzidas pelo governo Lula desde 2003, investigando, particularmente, a sua visão geral e seus sucessos e fracassos. Um dos principais desafios para o governo Dilma envolve as “guerras cambiais”, especificamente os seus efeitos sobre a taxa de câmbio e a competitividade das empresas brasileiras. Em verdade, “guerra” não é uma expressão adequada para o que é mais corretamente descrito como um dilema causado pelo papel internacional do dólar e pela conjuntura atual americana. Devido a fortes divisões políticas, além do conservadorismo dos partidos Democrata e Republicano, o governo Obama não consegue elevar os gastos públicos em nível suficiente para reativar a economia; portanto, tenta estimular as exportações e a demanda interna via a compra de títulos públicos pelo *Federal Reserve*. Ao mesmo tempo, pressiona China e Alemanha para puxar a demanda agregada e, assim, a própria economia americana. Como ocorreu na década de 1970, quando o governo Carter tentou convencer Europa e Japão a atuarem como “locomotivas” da economia mundial, os países superavitários rejeitam a proposta americana, o que leva os EUA a insistirem numa políti-



ca monetária pouco eficaz, enquanto a China se recusa a valorizar significativamente o yuan.

Os dólares injetados no sistema financeiro pelo FED incentivam aplicações maciças no mercado brasileiro, o que aprecia o real, com implicações bastante negativas para a indústria e para a balança em transações correntes, que ficará em torno de - 2,5% do PIB em 2010. Não devemos concluir, porém, que o problema cambial seja apenas um problema de política externa. Não obstante os efeitos danosos da “guerra cambial”, não são os americanos e chineses os

únicos responsáveis pela apreciação do real, que já vinha se apreciando fortemente desde 2004. Os principais responsáveis são os *policymakers* brasileiros, que, até recentemente, eram radicalmente contra restrições à entrada de capitais especulativos, e insistem em manter alta a taxa de juros, o que leva à sobrevalorização do real.

Não há solução imediata para o dilema cambial: a China não vai alterar a sua estratégia de desenvolvimento, que requer controle absoluto sobre a sua taxa de câmbio, para satisfazer os interesses imediatos dos EUA. Ademais, nem a China nem Alemanha ou o Japão vão atuar como “locomotivas” da forma que os americanos propõem, com a imposição de limites aos seus saldos em transações correntes. Isto implicaria em um compromisso de implementar

políticas fiscais ou monetárias expansivas, irritando bancos e setores exportadores (principalmente na Alemanha e Japão) e aumentando a sua vulnerabilidade financeira; é importante lembrar que, embora contem com amplas reservas, estes países não têm o luxo de emitir a moeda internacional.

Portanto, no curto prazo, as perspectivas para as contas externas vão depender de fatores internos, principalmente da postura do governo Dilma frente a investidores e bancos privados, que se empenham em forçar o governo e a socie-

dade brasileira a adotar uma política econômica - moeda valorizada e gastos primários contidos - compatível com os seus interesses e incompatível com os da maior parte da população. Não é alentador, neste sentido, as declarações de integrantes da equipe da Dilma de que é necessário diminuir os gastos fiscais para que os juros possam ser reduzidos. A mesma receita é sugerida pelos bancos, que alegam, incorretamente, que são eles, e não o Banco Central, que definem a taxa básica de juros. Vale lembrar que o maior doador ao Diretório Nacional do partido da futura presidente durante a campanha eleitoral foi um banco privado (Bradesco), contribuindo com quase 15% das doações totais recebidas.

Enquanto questões macroeconômicas terão de ser resolvidas no âmbito da política doméstica, o mesmo não pode ser dito no tocante às relações entre Brasil e o resto do mundo, embora aqui conflitos de classe internos também pesem. O mérito básico da política externa do governo Lula desde 2003 foi de resistir à pressão americana e ao clamor da elite nacional para que o Brasil se opusesse às mudanças desencadeadas na América Latina com o ressurgimento de movimentos populares na Bolívia, Venezuela, Argentina e outros países da região. Embora o seu conservadorismo em algumas áreas ganhasse para a liderança brasileira o rótulo de “esquerda boa”, em contraposição à “esquerda má” da Venezuela e Bolívia, em outras áreas o posicionamento do governo foi louvável, especificamente: na postura firme que adotou frente às intrigas dos americanos e europeus nas negociações da ALCA e da OMC em 2003, contrastando

fortemente com o governo anterior; na criação do G20, durante a reunião da OMC em Cancun; na criação da União dos Países Sul-Americanos (UNASUL) em 2008; e nas suas reações às tentativas de desestabilização política na Venezuela, Bolívia e Honduras em 2003, 2008, e 2009, respectivamente.

Como sugerimos, o futuro do nosso relacionamento com governos progressistas latino-americanos dependerá em parte do posicionamento do governo Dilma frente à oposição interna. Esta oposição é caracterizada por um forte alinhamento de setores da elite com a política externa americana, e reflete não uma preocupação com democracia ou direitos humanos, mas temor em relação à possibilidade de mudanças socioeconômicas mais profundas no Brasil.

O governo Lula foi fortemente criticado na mídia brasileira e americana por apoiar um presidente levemente progressista, Manuel Zelaya de Honduras, após a sua violenta deposição em junho de 2009. Os fatos são conhecidos: após irritar o empresariado por defender uma elevação do salário mínimo (o menor da América Central) e ensaiar uma aproximação com a Venezuela, Zelaya foi sequestrado, exilado na Costa Rica e substituído no poder por congressistas aliados aos homens de negócio. Em clima de forte repressão política, e com soldados hondurenhos cercando a embaixada brasileira, que ofereceu proteção ao presidente deposto, foram realizadas eleições presidenciais.

O governo brasileiro se recusa a reconhecer um governo eleito sob uma ditadura e com o presidente legítimo mantido em exílio forçado, pela razão óbvia

de que reconhecer o governo Lobo seria consentir o golpe de junho, o que incentivaria ações semelhantes em outros países da região. Esta posição é compartilhada pela UNASUL e pela União Europeia. No entanto, diplomatas e intelectuais norte-americanos qualificam como “arrogante” a postura de Lula, enquanto a *Folha de São Paulo* o acusa de “petulante rigor democrático” (1/10/2010).

O governo Lula também foi criticado por sua intervenção “fracassada” no Irã. Estranho, pois a diplomacia brasileira e turca no Irã, dentro das variáveis sob seu controle, foi um sucesso. Brasil e Turquia, seguindo orientações detalhadas numa carta de Obama de abril de 2010, obtiveram aprovação iraniana para um acordo - o de enviar urânio enriquecido iraniano à Turquia - parecido com aquele sugerido pelo próprio presidente americano. O problema foi que, ao “desafiar o blefe” estadunidense, a negociação surpreendeu a Casa Branca, que obviamente não estava interessada em um acordo. Restou aos EUA mudar de assunto, acusando Lula de ser cúmplice do Irã, e afirmando, de forma absurda, que o Brasil estava “tornando o mundo mais perigoso, não menos” (Hillary Clinton, *Reuters*, maio/2010).

O que esta sequência de eventos sugere para a política externa do governo Dilma? Primeiro, Lula e Dilma sabem que não é o Brasil que dita as regras no Oriente Médio. No entanto, ao intervir na região, o governo agiu de acordo com o objetivo de ajudar na criação de um mundo “multipolar”, isto é, um mundo não dominado pelos EUA. Ao ameaçar o Irã, este país não está apenas afirmando a sua supremacia no Oriente

Médio, mas reivindicando o seu direito de escolher quais países podem ter acesso à tecnologia nuclear - não se trata de *armas* nucleares, cabe destacar, pois nenhum país possui tal “direito”, mas energia nuclear, um direito real garantido a todos os países pela lei internacional.

Interessa ao Brasil, que também já sofreu pressões em relação ao seu programa nuclear, questionar o poder de arbítrio da potência global utilizando o único instrumento que possui nesses casos, a diplomacia. O aumento da multipolaridade não só aumenta as chances de paz na Ásia Central, mas - e isto é o elemento crucial da política externa lulista (e, espera-se, “dilmista”) - pode reduzir as chances de futuros golpes e intervenções na América Latina, como nos casos recentes mencionados acima.

Seria um erro, porém, não reconhecer as contradições na política “multipolar” brasileira, sobretudo no que tange ao desejo de integrar o país ao Conselho de Segurança da ONU. Foi isso que levou o governo Lula a assumir o comando das forças militares da Missão de Estabilização no Haiti (Minustah), cuja função real é de estabilizar o golpe realizado em 2004 contra o presidente eleito Jean-Bertrand Aristide e apoiado pelos EUA, Canadá e França. Não é este tipo de inserção brasileira que vai promover a multipolaridade, mas o estreitamento das relações “Sul-Sul” que orientou, de forma geral, a política externa do governo Lula para Ásia, África, e América Latina. Neste sentido, o governo Dilma faria bem seguindo o exemplo fornecido pela diplomacia brasileira desde 2003.

* Nicholas Millar, economista, ECEX-UFRJ

Entrevista: Luiz Pinguelli Rosa

“O Brasil tem grandes recursos hidrelétricos e deve usá-los, mas tem que negociar com a sociedade e com os ambientalistas. Particularmente Belo Monte está sendo muito mal negociada.”

Com conceitos progressistas e solidamente embasados pelo conhecimento técnico, Luiz Pinguelli Rosa tem muito a contribuir no debate sobre os desafios do governo Dilma nas áreas de infraestrutura, energia e meio ambiente. O JE ouviu o especialista, que é professor da Coordenação dos Programas de Pós-graduação de Engenharia (Coppe) da UFRJ e presidiu a Eletrobrás no primeiro governo Lula. No meio ambiente, como secretário-executivo do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas, Pinguelli participou da definição de metas ambientais pelo governo federal brasileiro e da delegação do país à COP-15, em dezembro de 2009, em Copenhague.



P: No campo da energia, quais são os principais desafios que temos, hoje, pela frente? Existe uma oferta planejada de energia, que possa nos garantir uma taxa de crescimento da economia, por exemplo, de 6% a 7% ao ano, para os próximos anos?

R: Bem, é necessário equacionar bem o problema do pré-sal. Já foram dados passos com os quais eu concordo, com a mudança de concessão para partilha, mas há muito ainda a ser resolvido, inclusive no campo tecnológico, para garantir que não se repita o que aconteceu no Golfo do México. O risco tecnológico é imenso, e tem que se precaver muito quanto a isso.

Crescer 6% ou 7% ao ano implica um consumo muito alto de energia elétrica. Este é o limite superior. Se tudo correr bem, podemos chegar até tal ponto. O planejamento que existe está em torno de 5%, mas há possibilidade de 6% ou 7%, não mais. Isso em termos de energia elétrica.

Nos combustíveis, a situação não é má: nos próximos anos,

nós temos uma produção de álcool muito significativa. Preocupa-me, entretanto, a entrada muito grande de carros importados ultimamente. Quase todos certamente vão onerar o consumo de gasolina, alguns talvez de diesel, já que esses carros não são a álcool.

Há outras áreas energéticas. Por exemplo, nas energias renováveis, há um aumento da produção de energia elétrica de origem eólica. E há outras questões a serem enfrentadas, como por exemplo, na tecnologia do álcool, o chamado álcool de segunda geração. Há uma tendência mundial de mudança para essa tecnologia, e o Brasil não vai poder ficar parado na fermentação da cana.

P: Levando-se em conta nossa matriz energética, qual o peso hoje das termelétricas, e qual a perspectiva dessa forma de energia passar a ter um peso menor no conjunto da oferta?

R: O peso da termelétrica é pequeno no Brasil. Maciçamente nós geramos energia hidrelétrica. Dependendo da forma de se contabilizar, se é pela potência ou energia gerada, as hidrelétricas são responsáveis por 85% a 90% da geração. A termelétrica tem um papel menor, bem inferior a 10%. E depende de qual termelétrica estamos falando. Há termelétricas a bagaço de cana, o que não é uma má solução, até porque é usada na produção do etanol. As termelétricas ruins são as de combustível fóssil, ou seja, que emitem gases do efeito estufa.

Aqui no Brasil aumentou a proporção de termelétricas. Isso tem uma relação com a necessidade de complementação das usinas hidrelétricas, que



estão cada vez mais sendo planejadas a fio d'água, ou seja, não há reservatório de acumulação de água.

Embora ainda seja possível avançar na gestão desses recursos hídricos e ampliar o sistema de transmissão, isso tem limites. Então a termelétrica acaba sendo uma das formas de complementação da energia hidrelétrica.

P: A construção das usinas do Rio Madeira, bem como de Belo Monte, para muitos foi apenas uma solução "apressada", muito em função das pressões críticas, decorrentes do papel que passaram a ter as termelétricas. Poderiam existir soluções hidroelétricas mais adequadas, desde que houvesse um mínimo de planejamento e estudos mais cuidadosos do nosso imenso potencial hídrico. Como o senhor vê essa questão? Como o senhor avalia o trabalho de planejamento de médio e longo prazo para a construção de novas usinas?

R: Eu acho que não foi apressada. Essa discussão já tinha muito tempo. **Belo Monte, nem**

se fala, já é uma discussão antiga. Agora, houve uma redução, por exemplo, do reservatório de Belo Monte. Então a forma final de Belo Monte não é aquela que havia anteriormente. Reduziu-se a área.

O Rio Madeira inunda menos ainda, muito pouco. Há uma boa condição hidrológica no Rio Madeira, um fluxo de água que não varia muito. Já em Belo Monte, não, é uma variação maior, o que exige maior complementação da hidrelétrica.

Eu não sou contra fazer hidrelétrica, não. Essas duas inclusive não provocam grande inundação, comparativamente, por exemplo, àquelas horrorosas como Balbina, no Amazonas.

O Brasil tem grandes recursos hidrelétricos e deve usá-los, mas tem que negociar com a sociedade e com os ambientalistas. Particularmente Belo Monte está sendo muito mal negociada.

P: E com relação às nossas tarifas residenciais de energia elétrica, uma das mais altas do mundo, apesar das nossas amortizadas hidroelétricas. Há esperanças de virmos a pagar tarifas com preços menores e decentes?

R: As tarifas brasileiras são muito caras. Isso é uma herança das privatizações que não foi corrigida pelo novo modelo implantado no início do governo Lula. Eu acho que foi um erro. Nós ficamos onerando o consumidor ligado na rede. E não só os re-

sidenciais. Os consumidores residenciais são os mais afetados, mas sofrem também o pequeno comércio e a pequena indústria. Quem não é grande consumidor não pode se valer da possibilidade de comprar energia de produtores independentes. Eu acho isso tudo errado.

Quero registrar que, em contrapartida, existe uma tarifa social de energia elétrica, que favorece os consumidores de baixa renda, e existe o Luz Para Todos, que fornece energia a custo zero para consumidores que não recebiam energia. Mas de qualquer modo, as tarifas de transmissão do Brasil estão entre as mais caras do mundo.

P: A exploração do pré-sal fez com que o governo Lula enviasse ao Congresso um conjunto de projetos de lei, buscando o estabelecimento de um marco regulatório para essa exploração específica, diferenciado do marco referente aos campos de petróleo "comuns", oriundo do governo de FHC. Contudo, os termos da nova legislação permitiriam ainda uma grande flexibilidade regulatória, especialmente com relação à participação e interesses de empresas privadas e estrangeiras. Na prática, parece que tudo dependerá da própria posição política de cada governo, frente às pressões existentes. Qual a sua avaliação dessa questão?

R: Não é tão radical assim a mudança como os defensores do mercado falaram. Ela é perfeitamente aceitável para o grande capital. Vai haver leilão, eles poderão entrar, com a restrição da Petrobras participar com 30% e ser a operadora e ficar responsável pela plataforma e pela produção. A produ-

ção vai ser compartilhada, não é mais propriedade da empresa que estiver extraindo o petróleo, como era no caso da concessão. Isso para mim também é um avanço. Agora é claro que o governo poderá inclusive mudar a lei – não é uma coisa constitucional – ainda mais em um Congresso tão sensível aos grandes interesses econômicos como esse nosso.

P: Um dos pontos mais críticos de nossa infraestrutura relaciona-se ao problema dos transportes. Em termos de cargas, continuamos extremamente dependentes do transporte rodoviário, apesar de alguns esforços para a construção de novas linhas férreas. Qual a possibilidade que o senhor vê de irmos a ter no país um sério plano de construção de ferrovias, cortando o território nacional, e se interligando com hidrovias, que também poderiam ser viabilizadas? O senhor concorda com o projeto do Trem-Bala?

R: Concordo integralmente com a análise de que no Brasil há um sobreuso do sistema rodoviário. Não usamos como poderíamos o sistema ferroviário ou aquático, seja hidroviário ou marítimo. A cabotagem no Brasil é muito menor do que poderia ser. Pouquíssimo se usa o transporte hidroviário fora de casos específicos como no Rio Amazonas ou no Rio São Francisco. E o ferroviário já foi muito pior do que hoje em termos percentuais.

Em vez de nós fazermos o Trem-Bala, seria muito melhor aplicar 30 bilhões de reais para fazermos um bom começo de reforma, uma ampliação do sistema ferroviário. Eu acho que o

Brasil deveria realmente deslocar parte da carga de caminhões das estradas para o transporte de trilhos, que é muito mais econômico e inteligente. Mas eu não vejo perspectiva imediata para isso. O trem-bala acaba absorvendo grande parte dos recursos do sistema ferroviário em um projeto só.

P: No campo das telecomunicações, ainda nos debatemos com as consequências das privatizações realizadas por FHC. No campo da telefonia, o governo Lula facilitou a formação da supertele nacional, com a fusão da OI/Telemar com a Brasil Telecom. Mas, a antiga Telesp se mantém nas mãos da Telefônica espanhola, e a Embratel, agora, com os mexicanos. Há possibilidade de uma renacionalização desses setores?

R: Não vejo disposição do governo Dilma de enfrentar esta questão de uma forma imediata. De qualquer modo, eu considero a situação das telecomunicações menos grave do que a da energia elétrica.

P: Como o senhor avalia o Plano Nacional de Banda Larga?

R: Eu avalio positivamente. Claro que se pode dar outros passos adiante. Não sou especialista para falar disso, mas, pelas informações que tenho acesso, acho que é um plano efetivo.

P: Você considera factíveis as metas do governo Dilma quanto à cobertura domiciliar do serviço de esgotamento sanitário? O Governo Dilma tem metas de expansão da rede de esgotamento sanitário, mas não de tratamento do esgoto gerado por essa rede. Isso não seria uma contradição?

R: Acho que as duas coisas têm que ser feitas, e se fizer uma delas é melhor do que não fazer nenhuma. **Eu não sou da teoria do “quanto pior, melhor”, não. Acho que se pode fazer a expansão da rede, que é melhor que ter vala negra nas casas das pessoas pobres. É melhor do que fossas.**

Acho que tem que se cobrar o tratamento, que deve ser um objetivo do governo também, mas começar pela expansão da rede é melhor do que nada.

P: Nosso avanço na área de infraestrutura tem levado em conta o impacto das mudanças climáticas, no que tange a medidas mitigadoras e adaptativas? É possível identificar os limites dos compromissos ambientais do governo Dilma? Devemos esperar mais ou menos conflitos dos demais ministérios com o do Meio Ambiente?

R: Acho que não tem que haver conflito nenhum. Para isso tem que ter governo. Tem um conflito natural, que qualquer gestão dinâmica tem. Cabe ao governo pôr ordem na casa. Não cabe aos ministros ficarem brigando entre si.

Acho que a política de mudanças climáticas do Brasil até que vai bem. As metas para Copenhague foram muito bem recebidas.

O Brasil não tem compromissos obrigatórios pela convenção do clima, porque ser um país em desenvolvimento. Espero que cumpra as metas. No momento, está na direção de cumprir, porque o desma-

tamento da Amazônia está sendo muito reduzido, e, portanto, a emissão, cuja maior parte vem do desmatamento, tende a se reduzir.

Há soluções que você pode dar para evitar aumento das emissões, mas não existe nenhuma solução maravilhosa. Até mesmo a hidroeletricidade emite um pouco de gases de efeito estufa; menos que as termelétricas, mas emite. A usina nuclear não emite, mas tem outros problemas ambientais.

P: Quais as perspectivas que vê para o carro elétrico? Devemos nos preparar para montar uma infraestrutura para atender ao carro elétrico?

R: Eu acho que o carro elétrico é uma pressão tecnológica. O Brasil não tem motivo para priorizar, mas também não pode ignorar. No Brasil existe o carro a álcool, que, do ponto de vista ambiental, tem menos emissão de gases do efeito estufa.

O carro elétrico demanda eletricidade. É um pouco uma farsa mundial, porque se a eletricidade é produzida a carvão, como é em grande parte da Europa, isso é uma transferência de problema.

O carro híbrido talvez seja uma solução, porque ele usa combustível, que gera energia elétrica dentro do carro, e essa energia é armazenada dentro da bateria e move o motor elétrico. O carro híbrido é uma melhora. Para o carro elétrico, ligado na tomada, tem que se garantir uma quantidade gigantesca de energia.

Governo Dilma

O *JE* pediu a Marcos Arruda que apresentasse a sua opinião sobre os desafios de Dilma para compatibilizar o crescimento econômico com o respeito ao meio ambiente. O autor optou por produzir uma carta aberta à presidente eleita.

Presidenta Dilma: no seu governo o Brasil pode virar exemplo para o mundo!

■ Marcos Arruda

Cara Dilma, Presidenta eleita,

Você chega ao governo com o “carisma do fazer”, segundo Leonardo Boff. Mas eu acrescento: “carisma do fazer com o coração, e não só com a mente.”

O Brasil está vivendo um excesso de Razão, de cálculo matemático para medir lucros e dinheiro acumulado. E uma grande carência de Coração: não se medem as necessidades da população nem a destruição imposta à Natureza. A governança democrática só acontece quando Razão e Coração estão em harmonia.

Aceno a você com o desafio dos desafios: o Sentido da Responsabilidade. Pois o que está em jogo não é apenas a vida da maioria dos brasileiros ainda pobres, sem acesso a condições dignas de vida útil, sem acesso aos direitos humanos básicos para que tenham uma vida humana. Você, como primeira mandatária, recebeu do nosso povo o poder e, portanto, a responsabilidade, de coordenar o cuidado com a vida da Nação brasileira. Isto implica proteger e defender o Brasil, seu território e sua gente, e valorizar a vida do povo acima da sua própria vida.

E isto, num contexto de insegurança, recessão, altos níveis de desemprego e tensão social, e alto endividamento pú-

blico... nos próprios países ricos, que são os principais compradores dos produtos do Sul. E num momento da história humana em que os biomas e os ecossistemas estão sendo destruídos em ritmo exponencial pelos agentes do aquecimento global, que fingem crer que os bens comuns da Natureza são ilimitados e que é possível fazer o consumo, a produção e o lixo crescerem indefinidamente.

Os desafios maiores, a meu ver, são: (1) você trabalhar por uma prática democrática de desenvolvimento, fundada na integração criativa do econômico com o social, o político e o ecológico; e (2) você promover a governança democrática fundada num profundo Sentido de Responsabilidade e de Solidariedade. Como preparar ativamente a passagem de uma economia voltada para o lucro como fim, para uma economia que serve primeiro ao ser humano e à nossa necessidade de bem viver e felicidade? Quando isto for realizado, já não precisaremos de programas sociais, para compensar os prejuízos de uma economia autocrática e egoísta, pois a economia estará orientada para gerar o bem viver e a felicidade de cada pessoa e da coletividade.

O desenvolvimento, entendido como desabrochar dos potenciais, atributos e recursos de cada pessoa, comunidade e povo, não será mais reduzido a

mero crescimento econômico, nem estará subordinado à ideologia da mercantilização de todos e da Natureza. Envolverá, sim, um esforço objetivo e subjetivo de cada pessoa, e uma cooperação solidária entre pessoas, comunidades e governos, em busca de uma transformação econômica e também cultural, que substitua a competição pela cooperação e a solidariedade consciente como principal modo de relação entre as pessoas, empresas e povos. Assim, o desenvolvimento econômico e tecnológico deixará de ser fim em si, e passará a ser meio a serviço do fim maior - o desenvolvimento humano e social, endógeno, soberano, solidário e sustentável.

Este sonho é realizável se você e a coalizão de partidos vitoriosos decidirem investir vontade política visando uma mudança na correlação das forças que fazem a política no Brasil. Você acredita como eu, que sem o envolvimento ativo do povo trabalhador, em particular das mulheres, essa transformação não será possível. Numa democracia verdadeira o voto não é um cheque em branco. Você terá à sua disposição diversos meios para informar, consultar, educar, e



mobilizar a população trabalhadora para ir assumindo o papel de sujeito da economia e do desenvolvimento.

E existem os desafios específicos dos diversos campos da vida da Nação. Menciono apenas alguns:

- *Distribuição da renda e da riqueza* – A distribuição de renda e riqueza no Brasil, apesar dos avanços recentes, continua sendo das mais desiguais do mundo. A disparidade entre o salário mínimo real e o crescimento do PIB também é gritante, apesar dos aumentos reais dos últimos anos. As principais políticas capazes de reduzir rapidamente a desigualdade social incluem: (1) uma efetiva reforma agrária e agrícola, que dê terra, instrumentos de trabalho, sementes, assistência técnica e educação aos milhões de trabalhadores rurais sem terra – uma promessa que Lula deixou de cumprir; (2) reforma tributária progressiva, que passe a cobrar mais dos mais ricos, impeça o repasse do imposto de renda dos banqueiros e empresários aos preços dos bens e serviços que vendem, e institua um imposto sobre a fortuna; (3) reforma previdenciária, que garanta a existência digna da população jubilada, cumprindo a Constituição que coloca a Previdência como parte da Política de Seguridade Social, a qual tem sido historicamente superavitária; (4) Política de renda mínima - Desde os anos 90, o Senador Eduardo Suplicy defende um programa de Renda Básica de Cidadania, que dê a todos o direito a uma renda igualitária e incondicional, a fim de atender as necessidades básicas de todos os cidadãos. A Lei 10.835 que instituiu a Renda Mínima, aprovada em 2004, ainda carece de regulamentação¹.

- *Dívida pública* – A política de endividamento interno com os juros mantidos altos é insustentável. Ela é o principal ralo por onde se esvaem recursos do orçamento público, indispensáveis para o desenvolvimento do país e o pagamento da dívida social e ambiental, da qual os credores são o povo e os biomas. Para o ralo tido os recursos para promover a soberania alimentar, a saúde de qualidade, a educação libertadora, a reforma agrária, a segurança física e psicológica da cidadania, e tantos outros direitos básicos de que o povo carece. Enquanto isto, 130 mil brasileiros possuem aplicações financeiras acima de R\$ 1 milhão, que somam R\$ 337 bilhões, aplicados principalmente em títulos da dívida pública, seja diretamente, ou por meio dos Fundos de Investimento de Renda Fixa, rendendo mais de 10% ao ano. Você pode mudar isto, Dilma, promovendo a auditoria da dívida pública, que é o instrumento constitucional a ser adotado para viabilizar uma renegociação política daquelas dívidas sobre sólidas bases jurídicas e contábeis. A criação de Conselhos do Orçamento Participativo, inclusive no nível federal, é o caminho para democratizar as decisões econômicas, tecnológicas e fiscais estratégicas para o desenvolvimento do Brasil.

- *Economia ecológica* – A ecologia é incompatível com o crescimento ilimitado e não planejado. O “livre mercado”, de fato controlado pelos mais fortes e ricos, tem uma história de mais de 500 anos oferecendo evidências disso. Só uma economia que combine o planejamento participativo do desenvolvimento com as dinâmicas de um mercado social em que todos bus-



cam o benefício de todos, pode orientar o consumo e a produção no sentido da sustentabilidade ambiental. Inovações tecnológicas são importantes, mas insuficientes. É preciso combinar a erradicação da pobreza com uma distribuição justa dos bens de consumo, a redução do consumo de luxo e supérfluo, e uma política de desenvolvimento orientada para as metas do bem viver de todos e do desperdício zero. O combate ao aquecimento global exige um esforço de todos, liderado pelo seu governo, pela redução radical de emissões de gases-estufa, sobretudo no sistema de transportes, no desmatamento – em particular da Amazônia e Mata Atlântica – e na matriz energética: transporte público diversificado, que se afaste da dependência de combustíveis fósseis para ser não poluente e eficiente; redução, e não aumento, do número de carros em uso; usinas hidroelétricas de escala pequena, controláveis pela população local; energia solar, eólica e marinha para iluminação, irrigação e aquecimento de água; política agrícola que reduza a produção de etanol e aumente a de alimentos, sobretudo para o consumo doméstico a menores preços, e reduza o uso de agro-

tóxicos na agricultura e cancele o uso dos transgênicos e da terra pelas monoculturas, como soja, cana e gado. É preciso investir seriamente em inovações tecnológicas adequadas aos ecossistemas, e combiná-las com uma equilibrada redistribuição da produção e do consumo pelas regiões.

- *Emprego e trabalho* – A realidade da globalização do capital é crescer sem gerar empregos. São urgentes novos mecanismos de repartição da renda criada pelo trabalho social, como a Política da Renda Básica, mas principalmente a remuneração à mulher pelo trabalho doméstico e o estímulo às diversas inovações de trabalho e renda geradas pela Economia Solidária e pelas práticas de desenvolvimento local autogestionário. Ganham importância especial as moedas complementares, que dão poder de compra onde ele é escasso ou nulo, promovem o consumo de bens produzidos localmente e ainda promovem a autoestima das comunidades que controlam sua própria moeda.

- *Integração soberana, democrática e sustentável da América Latina e Caribe* - Cabe ao Brasil unir-se aos países irmãos da região: promover o Banco do Sul como banco continental de desenvolvimento, capitalizado com as respectivas reservas internacionais, orientando investimentos e financiamentos para projetos regionais de desenvolvimento socioeconômico e humano; e adotar e fortalecer a unidade monetária Sucre, que permite o comércio na região dispensando o dólar.

¹ Em seu livro *Renda de Cidadania - A saída é pela porta*, Suplicy demonstra como a *Renda Básica de Cidadania* apresenta vantagens diante de todos os programas de transferência de renda.

Prêmio de Monografia

O *JE* publica mais um dos resumos dos textos vencedores do 20º Prêmio de Monografia Economista Celso Furtado. O trabalho de conclusão de curso de Diogo Gomes Fernandes foi o terceiro colocado no concurso.

Os Rumos Recentes da Proteção Social Brasileira: da universalidade constitucional à focalização através das transferências de renda não-contributivas

■ Diogo Gomes Fernandes*

Encontrar a origem da Proteção Social e do Estado do Bem-Estar Social não é tarefa fácil. Estes não são resultados simples de um processo temporalmente bem definido e sim produto de um longo e muito antigo processo histórico. Apesar do fato destacado, é possível assinalar neste processo momentos de maior relevância à economia, como por exemplo, o segundo pós-guerra.

Após o fim da Segunda Guerra Mundial, os países da Europa Ocidental se depararam com a enorme tarefa de reconstruir suas economias e instituições políticas. Havia uma oportunidade clara de reflexão para os europeus sobre o mundo em que gostariam de viver. Possivelmente, anos de intenso conflito somados à memória da Grande Depressão econômica tenham ajudado na construção de uma mentalidade socialmente mais solidária. É neste contexto em que se cunha o termo Estado do Bem-Estar Social, denotando um Estado que, agindo como representante dos interesses da sociedade, deve garantir a proteção social como direito a todo cidadão através de sua atuação

na educação, na saúde, na assistência aos pobres, no seguro social e em outros serviços necessários ao bem-estar.

Surge nesta época, possivelmente pela primeira vez, a distinção entre *social security* e *social insurance* a fim de se ressaltar as diferenças existentes entre as novas idéias representadas pelo primeiro termo e os seguros sociais minimalistas existentes até então, de caráter exclusivamente contributivo. Dentre os muitos que colaboraram para esta inovadora concepção de direitos sociais destaca-se o reformista social britânico William Beveridge e seu relatório de 1942, comumente conhecido como Relatório Beveridge. Neste relatório estão contidas recomendações ao governo britânico sugerindo um sistema de seguridade compulsório, universal e administrado através de uma estrutura nacional, totalmente abrangente em termos de beneficiários e necessidades. Diversas destas recomendações foram transformadas em lei após a vitória do Partido Trabalhista nas eleições gerais inglesas de 1945, dando início ao Estado do Bem-Estar Social Britânico moderno. Simultaneamente, outros países eu-

ropeus, como França e Dinamarca, também já ensaiavam passos na direção de políticas sociais mais abrangentes.

No Brasil, as primeiras medidas legislativas que visavam algum tipo de proteção social podem ser traçadas de volta até a virada do século XIX para o século XX, como as Caixas de Socorro de 1888 das estradas de ferro estatais, o Montepio Obrigatório dos Empregados do Ministério da Fazenda de 1890 e outras. Mais tarde, em 1933, surgem os Institutos de Aposentadoria e Pensões (IAPS), que visavam cobrir todos os trabalhadores de categorias profissionais pré-determinadas e tinham financiamento tripartite – o Estado, a empresa empregadora e o segurado contribuía. Pode ser também citada a criação, em 1966, do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), que tentava unificar os diversos programas e instituições existentes, mas o fato que se evidencia cada vez mais ao percorrermos a história da proteção social brasileira é de que esta era estruturada de maneira a ser vinculada ao trabalho e associado a benefícios contributivos.

A Constituição de 1988 torna-se, desta forma, um



grande marco na história das políticas sociais brasileiras. Prevendo medidas universalizantes aos moldes “beveridgeanos”, a Carta de 88 rompe com a concepção de proteção que vigorava no Brasil e elabora as bases legais para a instituição de um sistema de seguridade social nacional visando à proteção mediante uma série de medidas públicas contra as privações econômicas e sociais. A Constituição Federal de 1988 adotou ainda os seguintes princípios-chaves na elaboração da seguridade social brasileira: a universalidade da cobertura e atendimento, a uniformidade e equivalência dos benefícios rurais e urbanos, a sele-

tividade e distributividade na prestação dos serviços, a irredutibilidade no valor dos benefícios, a diversidade da base de financiamento do orçamento da seguridade social, a equidade na forma de participação no custeio e, por último, o caráter democrático dos sistemas da seguridade: a Previdência Social contributiva; a Assistência Social, gratuita e focada nos mais pobres; o SUS (Sistema Único de Saúde); e, por último, um subsistema de seguro-desemprego vinculado ao MTE.

Seria impossível citar aqui todas as mudanças significativas na proteção social brasileira após 88, porém cabe apontar alguns exemplos a título de ilustração. No âmbito da Previdência, foi de grande importância a criação da figura do segurado especial, o trabalhador rural não-assalariado. Esta nova categoria de segurado é regida por princípios “beveridgeanos”: basta apenas que o trabalhador rural em questão comprove sua inserção no regime de economia familiar para se tornar segurado. Esta inovação permitiu uma expressiva ampliação da cobertura previdenciária imediatamente após sua criação. Quanto à Saúde, as mudanças mais significativas foram o reconhecimento da obrigação do poder público em prestar serviços de saúde de forma universal, pública e gratuita, em todos os níveis de complexidade, por meio do Sistema Único de Saúde (SUS) e a criação de programas como a Farmácia Popular e o Programa Nacional de

Doenças Sexualmente Transmissíveis/AIDS. No caso da Assistência, com o advento da CF de 88, esta foi promovida à condição de política pública e organizada a nível nacional através da Lei Orgânica da Assistência Social de 1993.

Porém, apesar de todas as mudanças descritas acima, salta aos olhos o fato de que, no final dos anos 90, ganham proeminência diversos programas assistenciais “focalizados”, os quais, grosso modo, consistem em transferências monetárias não-contributivas para um grupo específico de pessoas desde que certos requisitos sejam atendidos (*means-test*). Mais tarde, durante o primeiro governo Lula, muitos destes programas (Bolsa Escola, Auxílio Gás entre outros) foram unificados sob o Bolsa Família. Vale também citar o Benefício de Prestação Continuada (BPC), voltado aos idosos e indivíduos em situação de incapacidade que provem sua inabilidade de manter sua subsistência.

Dados recentes referentes à evolução das despesas da União mostram que apesar dos gastos com a Seguridade Social terem aumentado consistentemente ao longo das duas últimas décadas, há um claro viés para as transferências de renda focalizadas e não-contributivas em detrimento da Saúde e demais programas da Assistência Social. Se somarmos isto aos dados disponíveis das despesas da União com a educação, setor que, apesar de não ser oficialmente parte da Seguridade

Social Brasileira, dificilmente teria sua importância social questionada, percebe-se um relativo abandono na esfera federal do aspecto universal das políticas associadas ao Bem-Estar Social.

Que fique claro: não é a existência de programas como Bolsa Família e o BPC que são preocupantes; um Estado do Bem-Estar Social verdadeiramente estabelecido prevê a utilização dos diversos tipos de benefícios e mecanismos da proteção social. Quando usadas de forma complementar aos demais instrumentos de proteção, as transferências de renda têm o importante papel de socorrer aqueles que, por um motivo ou outro, após as medidas de cunho universal terem sido administradas, ainda se encontram em posições socialmente desvantajosas frente a seus concidadãos. O que causa preocupação é a proeminência destes programas frente ao relativo abandono do resto da seguridade, principalmente tendo em mente que ainda encontram-se no aparelho do Estado, arautos da minimização do setor público como provedor da proteção social, que defendem delegar ao setor privado certas partes do *welfare*. Convenientemente esquece-se que para tal setor não é economicamente interessante ou possível prover a proteção para todos os segmentos da população. Não há, por exemplo, seguro contra a pobreza, e não há mercado securitário que vá desenvolver esse serviço em um futuro previsível.

Vale lembrar também o estigma e os “custos de fila” associados a tais tipos de transferências, que “penalizam” potenciais beneficiários e muitas vezes impedem que a cobertura seja tão ampla quanto o desejado. Complementarmente, estudos recentes mostram que o fenômeno da dupla regressividade faz com que os decis mais pobres da população paguem relativamente mais, através dos impostos indiretos, e recebam relativamente menos serviços públicos, e de menor qualidade.

Para concluir, é imperativo reavaliar se a focalização é o caminho mais desejado para atender às carências da população brasileira. Quer-se a implementação de uma rede mínima de proteção social, cujo objetivo não é o de eliminar a pobreza, mas de assegurar um nível mínimo de subsistência? Ou é preferível um sistema de proteção social abrangente que minimize estigmas e garanta, além da subsistência, a capacidade de um indivíduo socorrido ser atuante em nossa sociedade?

* Diogo Gomes Fernandes é graduado em ciências econômicas pela UFRJ e analista de mercado.

Referências:

- BOCCHI JUNIOR, H. (2003), *Os Direitos Humanos e a Seguridade Social no Brasil*. In: Síntese Trabalhista nº. 171. Porto Alegre. 2004. Editora Síntese.
- LAVINAS, L. (2006), *From means-test schemes to basic income in Brazil: exceptionality and paradox* at International Social Security Review (ISSA), vol. 59, n. 3, July-September, 2006, Blackwell Publishing: Geneva, p. 103-125.

Projeto da lei orçamentária: programas da Copa e das Olimpíadas

Nesta edição, o FPO-RJ analisou o projeto da lei orçamentária (PLOA) para 2011 com enfoque especial nos programas e nas ações referentes aos megaeventos esportivos na cidade do Rio, a Copa do Mundo 2014 (Copa/2014) e as Olimpíadas de 2016 (Rio/2016).

Receitas

As receitas esperadas para 2011 são de R\$ 18,9 bilhões de reais, de acordo com os dados do Projeto de Lei Orçamentária Anual PLOA, o que representa um aumento de 39% comparado às receitas estimadas para 2010. Essa taxa de crescimento é significativa em relação ao seu histórico. De 2009 para 2010, por exemplo, a taxa de crescimento das receitas previstas foi de 12%.

Grande parte do crescimento previsto para 2011 se deve ao aumento das operações de crédito em R\$ 1,7 bilhão, valor quatro vezes maior do que o previsto para 2010. Desse valor, R\$ 390 milhões serão usados na construção da Transcarioca. Os empréstimos serão, em sua maioria, financiados pelo BNDES e serão usados em obras de infraestrutura.

A previsão para as receitas correntes é de que cresçam 23% em relação a 2010. Esse aumento é impulsionado, princi-

palmente, pelo crescimento das receitas tributárias, que tiveram um aumento de 13% em relação ao previsto para 2010. A rubrica “Outras Receitas Correntes” apresentou crescimento significativo, mais do que dobrou em relação ao ano anterior, passando de R\$ 576 milhões para R\$ 1,2 bilhão. Esse aumento é impulsionado, em parte, pelo incremento das receitas oriundas de “Multas e Juros de Mora” (passaram de R\$ 354 milhões para R\$ 461 milhões). Mas o aumento proveniente da “Conversão de Depósitos Judiciais Tributários” (R\$ 400 milhões) foi o principal responsável pelo acréscimo de receita, já que não constava no PLOA 2010, e foi conseguido através de uma decisão judicial.

Megaeventos

Foram identificadas no orçamento proposto as ações destinadas à realização dos megaeventos esportivos. No PLOA

2010, inicialmente, os gastos previstos para a preparação dos megaeventos esportivos giravam em torno de R\$ 63 milhões. Porém essa dotação subiu para R\$ 250 milhões no decorrer do ano. Até o mês de outubro cerca de R\$ 200 milhões haviam sido empenhados, mas apenas R\$ 57 milhões foram liquidados, 28% de taxa de liquidação.

O programa “Obras Viárias para Grandes Eventos Esportivos - Rio 2016” sofreu o maior acréscimo, cerca de R\$ 160 milhões. Os programas relacionados à revitalização da Zona Portuária, “Porto Maravilha”, tiveram sua dotação inicial aumentada em R\$ 28 milhões.

Para 2011, o gasto previsto é de R\$ 1 bilhão, e dentre os projetos que mais receberão recursos estão a Transcarioca e a Transolímpica que têm dotação inicial de R\$ 480 e R\$ 350 milhões, respectivamente.

Dentre as ações do Programa Porto Maravilha destaca-se o Projeto de Revitalização da Área Portuária, que prevê um gasto de R\$ 88 milhões. Ainda na região do porto será construído o Museu do Amanhã, que tem dotação inicial de R\$ 70 milhões. O Porto Maravilha é um projeto antigo da prefeitura do Rio, mas que só ganhou estímulo com a consolidação do Rio de Janeiro como sede das Olimpíadas 2016.

Os programas identificados para 2010 relacionados com megaeventos esportivos correspondem a 4,5% do total dos investimentos da prefeitura, o que representa menos de 0,5% do total das despesas. Já no PLOA 2011, 29% dos investimentos da prefeitura estão diretamente ligados a realização da Copa/2014

e Olimpíadas/2016. Esses investimentos representam 5% das despesas municipais previstas. O aumento dos gastos previstos de 2010 para 2011 já evidencia um maior comprometimento das contas públicas com gastos para os megaeventos (gráfico 1).

Isenção Fiscal

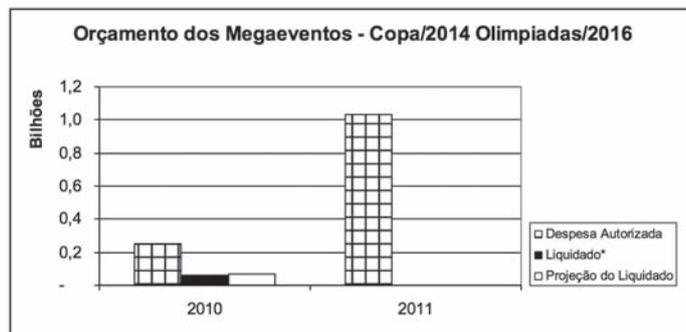
A análise a ser discutida será acerca da relação entre a isenção da arrecadação de tributos em favor dos megaeventos e o impacto desta ação na receita do município do Rio de Janeiro.

Em relação à Copa de 2014, a concessão da desoneração fiscal fica a cargo do Estado. Os impostos que receberão o benefício são: o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) destinados a importação de equipamentos e materiais direcionados a preparação de atletas e equipes brasileiras; e o Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços (ICMS) que não irá possuir incidência sobre a compra de equipamentos, matérias-primas e serviços que sejam feitos por empresas que façam empreendimentos para o evento esportivo. Este imposto está vinculado a um regime especial de tributação para construção, ampliação, reforma ou modernização de estádios de futebol denominado RECOM.

Essa renúncia de impostos foi justificada como redução do custo das obras e alavancagem dos investimentos nos estádios estabelecidos pela FIFA.

No âmbito dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, o Município concederá redução do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) a 0,5% e isenção e remissão da dívida

Gráfico 1



Fonte: PLOA 2010 e 2011 e Fincon *Até outubro

Tabela 1

Projeção do total de tributos renunciados pelo Rio de Janeiro, na tabela abaixo:

	2011	2012	2013
A) Receita total renunciada	155.225.577,00	187.752.940,00	190.170.864,00
B) Receita renunciada sob justificativa dos Megaeventos	11.211.178,00	10.149.291,00	7.267.683,00
% B/A	7%	5%	4%

do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), que valerão até dezembro de 2015, além de isenção do Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis Inter Vivos (ITBI) destinados à atividade hoteleira até o final de 2012. A Lei n.º5230/2010 beneficiará os empreendimentos no mercado imobiliário (tabela 1).

O total da renúncia justificada pelos Megaeventos é de 11,2 milhões de reais, valor muito aproximado da despesa liquidada com manutenção e operação do sistema de esgoto sanitário até dezembro de 2009. No caso do IPTU, a renúncia de receita prevista para o ano que vem será de 8,3 milhões, sendo este o imposto que mais contribui para a receita renunciada com justificativa dos eventos esportivos, aproximada-

mente 75%. Esse montante é dividido entre isenção e remissão de dívida (gráfico 2).

Os incentivos à rede hoteleira do Rio de Janeiro visam, pela Prefeitura, a uma expansão do número de quartos da cidade. Na contramão deste processo, o Hotel Glória passa por uma obra, financiada pelo BNDES, que reduzirá sua capacidade.

Medida Provisória n° 497/2010

Esta medida provisória institui o RECOM – Regime Especial de Tributação para construção, ampliação, reforma ou modernização de estádios de futebol – e prevê uma renúncia de receita da União de 350 milhões de reais até 2013 (tabela 2).

É importante deixar claro que todos os valores aqui

analisados foram retirados do PLOA 2011 e de valores estimados nas Medidas Provisórias aqui apontadas.

Seminários Discutem Os Megaeventos Esportivos

Foram realizados na última semana de novembro dois seminários que se propuseram a discutir a implementação dos megaeventos esportivos (copa e olimpíadas). O primeiro, nos dias 25 e 26, foi organizado pelo Fórum Brasil de Orçamento, e o segundo, ocorrido nos dias 26 (noite) e 27, foi promovido pela REME (Rede de Megaeventos Esportivos). Na prática, foram dois momentos de um mesmo objetivo: discutir e elaborar a intervenção da sociedade.

É notório que megaeventos esportivos impactam de maneira significativa a cidade-sede e, quiçá, o país. E os seus efeitos já começam a ser sentidos conforme os dados orçamentários analisados neste mês indicam. Desta forma, é de suma importância que o movimento social se articule e se prepare para intervir, pois nos dois seminários ficou evidenciado que:

1 - Há muita expectativa de desenvolvimento econômico capaz até

de uma distribuição de renda. Esta ilusão se desfaz após o megaevento (Copa/2010, África do Sul);

2 - Ocorrem muitos despejos e retiradas de pobres (pedintes, moradores de rua, camelôs etc.) dos locais próximos aos jogos;

3 - É elevado o gasto público e sempre há *estouro* do orçamento inicial;

4 - Os megaeventos são usados para reordenar o espaço urbano;

5 - As leis são desrespeitadas para beneficiar o capital (telecomunicações, empreiteiras, hotelaria e imobiliária) com os megaeventos, sobretudo as legislações urbanísticas, ambientais e de direitos trabalhistas, previdenciários e sociais, além dos benefícios fiscais;

6 - Não há vontade para disponibilizar as informações, pois não faz parte da ética do mundo dos negócios a transparência;

7 - A segurança pública é fortalecida para garantir o espetáculo e não a população, com o cerceamento da cidadania.

De positivo na África do Sul foi a confraternização interracial nunca antes vista, mas terminada a Copa, tudo voltou ao que era antes.

- Em relação aos encaminhamentos aprovados, destacam-se:
- O acompanhamento nacional dos gastos federais a ser feito pelo Fórum Brasil de Orçamento;
- O monitoramento dos financiamentos pela Rede Brasil;
- A realização de um evento nacional em março de 2011.

Uma proposta concreta ganha força: a de que nenhuma moradia será perdida para a realização dos megaeventos esportivos, ou seja, DESPEJO ZERO!

Gráfico 2

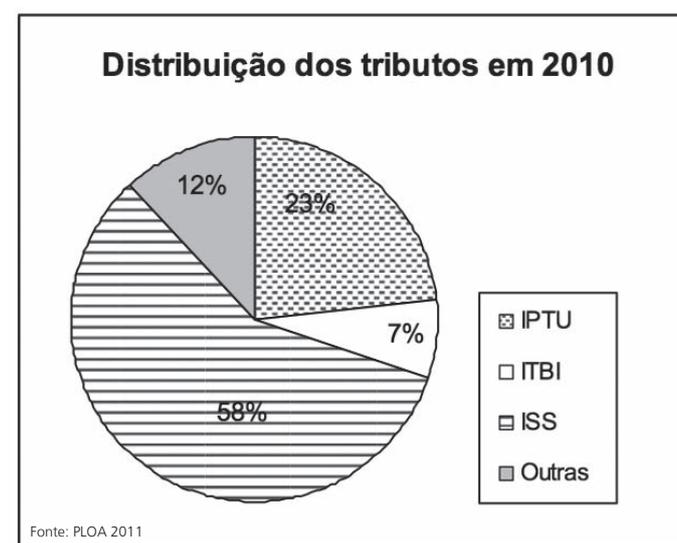


Tabela 2

	MP 497/2010			
Receita renunciada pela União (em milhões de reais)	2010	2011	2012	2013
	35,07	70,14	140,28	105,21

As matérias aqui publicadas são de responsabilidade do Fórum Popular do Orçamento do Rio de Janeiro através da equipe de apoio do CORECON-RJ e de consultores.

Coordenação: Cons. Ruth Espínola Soriano de Mello, Cons. Luiz Mario Behnken e Econ. Bruno Lopes.

Assistentes do FPO-RJ/Corecon-RJ: Rodrigo Damian, Fabio Pontes e Karine Vargas

Correio eletrônico: fporiodejaneiro@gmail.com Portal: <http://www.coreconrj.org.br/fporj.asp>

Corecon-RJ pratica descontos máximos na anuidade de 2011

■ O Corecon-RJ optou por praticar os descontos máximos de 10% e 5% autorizados pelo Co-fecon para a fixação do valor para pessoa física das contribuições parafiscais de 2011, de recolhimento obrigatório para os economistas registrados nos Corecons.

As opções de pagamento, conforme explicitado no carnê de recolhimento encaminhado em dezembro de 2010, estão descritas na tabela 1.

O Corecon-RJ decidiu também não cobrar a multa de 2% após o vencimento da anuidade

integral. Depois de 31 de março, os valores serão corrigidos cumulativamente pela variação mensal do INPC-IBGE, acrescidos de 1% de juros ao mês.

As orientações sobre o preenchimento dos valores no boleto bancário encontram-se no campo "Instruções".

A anuidade devida aos Conselhos de Fiscalização Profissional é um tributo, não sendo passível de anistia, salvo por força de lei. Na impossibilidade da quitação integral, verifique no carnê a opção de parcelamento.

Embora não faça parte de

suas atribuições institucionais, o Corecon-RJ oferece cursos de reciclagem e capacitação profissional e mantém convênios com diversos prestadores de serviços, inclusive com a Unimed-Rio, que criou um plano de saúde exclusivo para os economistas adimplentes e seus dependentes. Em alguns casos, a economia proporcionada é superior ao valor pago pela anuidade. Para outras informações, consulte a página www.corecon-rj.org.br ou ligue para 21-2103-0117.

Tabela 1

Vencimento	Descontos (%)	Valores (R\$)
Até 31/01/2011	10%	R\$ 294,93
Até 28/02/2011	5%	R\$ 311,31
Até 31/03/2011	Valor Integral	R\$ 327,70

Agenda de cursos para 2011

MATEMÁTICA: PRÉ-CÁLCULO, TRIGONOMETRIA, GEOMETRIA ANALÍTICA (noite)

31 de janeiro a 25 de fevereiro de 2011 de segunda a sexta-feira, de 19h às 21h40 – também oferecido à tarde, de 14h às 16h40

Este curso destina-se aos estudantes e profissionais que desejam rever conceitos do segundo grau, com ênfase nos pontos considerados de maior dificuldade na assimilação e na retenção da aprendizagem. O raciocínio lógico, a resolução de problemas e a interpretação das nomenclaturas e códigos matemáticos serão focalizados. Aconselhável para quem deseja fazer o curso Preparatório para a Anpec.

CURSO DE APERFEIÇOAMENTO EM ECONOMIA: PREPARATÓRIO PARA O EXAME DA ANPEC 2011

28 de fevereiro a 30 de setembro

De segunda a sábado

Em 2011 o curso será oferecido pelo Corecon-RJ pelo sétimo ano consecutivo. O objetivo é atualizar os conhecimentos dos economistas ou fornecê-los para os profissionais de outras áreas que almejam ingressar nos cursos de Mestrado em Economia oferecidos pelos centros acadêmicos que compõem a Anpec (Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia). O curso conta com uma equipe de professores experientes. As salas de aula dispõem de ar refrigerado, quadro branco e projetor. Há um limite de 42 alunos por sala. Todos os alunos com frequência acima de 75% recebem certificados.

Novidades do Curso de Aperfeiçoamento em 2011:

DISCIPLINA ECONOMIA BRASILEIRA

O curso começará em 28 de fevereiro e terá aulas de segunda à sexta até 1º de abril. Serão 19 dias de aula (57 horas-aula). De abril a setembro, haverá monitoria do curso de Economia Brasileira, com resolução das ques-

tões das provas anteriores da Anpec. Neste mesmo período, uma vez por mês, haverá uma aula (seminário) com um professor convidado, sobre um tópico do conteúdo do curso. Serão seis encontros temáticos no ano.

DISCIPLINAS MACROECONOMIA – MICROECONOMIA – ESTATÍSTICA – MATEMÁTICA

Estes cursos serão dados de abril a setembro e, além de ocuparem o seu dia fixo da semana, cada disciplina terá de ocupar ao longo desses meses oito dias que poderão ser nos sábados ou nas terças-feiras. Eventualmente, não haverá aula em um sábado ou em uma terça-feira.

BOLSAS DE MONITORIA

Teremos dois tipos de bolsas de monitoria:

- (1) o aluno receberá isenção total de pagamento do curso, e
- (2) receberá uma ajuda de custo por prestar o serviço. Serão concedidas duas bolsas de isenção total de pagamento do curso. Haverá duas contratações de monitores. Para concorrer a qualquer uma das modalidades de monitoria, o aluno interessado deverá apresentar, na primeira fase da seleção:

Carta de solicitação de inscrição (citando a disciplina);

Histórico escolar;

Carta de recomendação de um professor.

O aluno que se inscrever para a monitoria com isenção total do curso deverá ainda apresentar: comprovação de carência (espelho do Imposto de Renda referente ao ano base de 2009).

A seleção será para as disciplinas: Matemática, Economia Brasileira, Macroeconomia e Microeconomia. Na segunda fase, o candidato fará uma prova elaborada pelo professor da disciplina para a qual está se candidatando. Na última fase, os alunos serão chamados para uma entrevista. As inscrições estarão abertas durante os meses de dezembro e janeiro. A seleção se dará em fevereiro.

INFORMAÇÕES E INSCRIÇÕES: www.economistas.org.br ou no telefone 21-2103-0119